

SUMÁRIO

CAPÍTULO I **TEORIA GERAL DO PROCESSO** **ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO**

1.	Conceitos fundamentais.....	17
1.1.	Processo	19
1.2.	Procedimento.....	20
1.3.	Processo administrativo ou procedimento	21
1.4.	Processo e procedimento no Direito Tributário	25
1.5.	Tributo	29
2.	Processo administrativo tributário – aspectos fundamentais.....	32
2.1.	Atividade judicante ou de jurisdição na Administração	34
2.2.	Sistemas de jurisdição: una ou dupla	37
2.3.	Sistemas de jurisdição no direito comparado.....	39
2.4.	O Processo administrativo Tributário como direito constitucional do-contribuinte	42
2.5.	Princípios aplicáveis ao procedimento e processo administrativo tributário.....	50
2.5.1.	Conceito	50
2.5.2.	Princípio da legalidade	52
2.5.3.	Princípio da igualdade	54
2.5.4.	Princípio da oficialidade	55
2.5.5.	Princípio do informalismo ou do formalismo moderado	56
2.5.6.	Princípio da verdade material.....	58
2.5.7.	Princípio do devido processo legal	60
2.5.8.	Princípio do contraditório e ampla defesa	61
2.5.9.	Princípio da presunção de legitimidade	65
2.5.10.	Princípio da preclusão	65
2.5.11.	Princípio da simplicidade	70
2.5.12.	Princípios da publicidade e da transparência	71
2.5.13.	Princípio da lealdade e boa-fé	72
2.5.14.	Princípio da motivação	72

2.5.15. Princípio da cooperação	73
2.5.16. Princípio da eficiência	74
2.5.17. Princípios da razoável duração do processo e da celeridade da sua tramitação	75
2.5.18. Princípio da justiça tributária.....	76
2.5.19. Princípio da defesa do meio ambiente.....	77
2.6. Processo administrativo tributário: seu uso facultativo, suas vantagens e desvantagens e desistência da lide	79
2.6.1. Uso facultativo do processo administrativo	79
2.6.2. Vantagens do processo administrativo tributário	81
2.6.3. Desvantagens do processo administrativo tributário.....	86
2.6.4. Desistência do litígio na esfera administrativa em razão da propositura de ação judicial sobre o mesmo objeto – sua relativização no contexto	88
2.7. Capacidade postulatória no processo administrativo.....	92
2.8. Depósito para garantia de instância – sua inconstitucionalidade.....	94
2.9. Preparação do processo administrativo tributário	100
2.9.1. Recepção da impugnação e a conferência dos documentos.....	100
2.9.2. Manifestação da autoridade lançadora	101
2.10. A superação da preclusão diante de matéria de ordem pública e de crédito tributário manifestamente indevido.....	104

CAPÍTULO II

NORMATIZAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

1. Fontes normativas do processo administrativo tributário	109
1.1. Fundamentos conceituais	109
1.2. Inexistência de legislação consolidada	111
1.3. A legislação esparsa.....	111
1.4. A importância da codificação da legislação processual tributária	113
1.5. A Lei Processual: sua instrumentalidade e interpretação.....	115
1.6. Legislação processual no direito intertemporal	118
1.6.1. A Aplicação da lei nova em processos pendentes	119
1.6.2. Os Recursos na mudança da lei processual.....	120
1.7. Prazos no processo administrativo tributário	122

CAPÍTULO III

OS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS: COMPOSIÇÃO E FUNCIONALIDADE

1. Disposições gerais	125
2. Competência dos órgãos de julgamento administrativo para afastar aplicação de norma tributária inconstitucional.....	127

3.	Efeitos da decisão do órgão de julgamento administrativo e a sua vinculação aos precedentes judiciais e às soluções de consulta.....	133
3.1.	Decisão definitiva (Administrativa) e coisa julgada (Judicial).....	134
3.2.	Efeito vinculante das decisões dos tribunais administrativos para a Administração.....	135
3.3.	Os efeitos dos precedentes judiciais no processo administrativo fiscal (fiscalização e contencioso).....	142
3.4.	As soluções de consultas e o seu poder vinculante nos julgamentos dos tribunais administrativos	145
3.5.	Da impossibilidade de revisão do mérito da decisão administrativa pelo Judiciário	148
4.	Publicidade das sessões de julgamento x sigilo fiscal.....	150
5.	Os requisitos estruturais da decisão	151
5.1.	Relatório	152
5.2.	Fundamentação.....	152
5.3.	Dispositivo.....	157
6.	Abrangência material da decisão.....	158
6.1.	Decisão de ofício: recurso intempestivo e matéria não aduzida pela defesa	158
6.2.	Decisões “extra” ou “ultra petita” em processo fiscal	161
6.3.	<i>Reformatio in pejus</i> no processo administrativo tributário	163
6.4.	Da possibilidade de reclassificação da multa do lançamento pelo julgador	167
6.5.	A aplicação da equidade	169
6.6.	Inexatidões e erros materiais nas decisões	170
7.	Súmulas.....	172
8.	O julgador nos tribunais administrativos.....	173
9.	O esgotamento do processo administrativo para a denúncia crime.....	177
10.	O direito ao recurso voluntário no provimento do recurso de ofício	181
11.	O erro das decisões genéricas na apreciação de revisões motivadas por embargos de declaração	183
12.	A impossibilidade de impor limites e restrições de acesso a instâncias recursais administrativas	185
13.	Da composição dos tribunais administrativos e o voto de qualidade.....	186

CAPÍTULO IV

PROVAS

1.	Noções conceituais	189
2.	Avaliação da prova em matéria tributária.....	192
3.	Meios de prova	194
3.1.	Confissão	195
3.2.	Prova documental.....	197
3.3.	Prova emprestada	199

3.4.	Prova testemunhal	202
3.5.	Prova por meio de presunção legal	204
3.5.1.	Suprimento de caixa	206
3.5.2.	Ativo oculto ou passivo fictício	210
3.5.3.	Depósito bancário não declarado – omissão de receita	212
3.5.4.	Presunção de venda através do controle quantitativo de mercadorias.....	215
3.5.5.	A reforma tributária e as presunções legais previstas na LC nº 214/2025	216
3.6.	Prova pericial.....	218
3.7.	Diligências.....	219
3.8.	Prova indireta ou indiciária	221
3.9.	Ônus da prova x presunção de legitimidade	222
3.10.	Provas ilícitas	227
3.11.	As provas colhidas em estabelecimento diverso daquele contra o qual devem provar.....	229

CAPÍTULO V

LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO

1.	Anotações introdutórias	231
2.	Conceito	233
3.	Competência privativa para lançar	238
4.	Eficácia Declaratória ou constitutiva do lançamento	240
5.	O lançamento e a vigência da legislação no tempo.....	241
6.	Notificação do lançamento para efeitos jurídicos	244
7.	Sujeição passiva do lançamento: contribuinte e responsável tributário.....	245
7.1.	Responsabilidade solidária nos termos do art. 124 do CTN.....	245
7.2.	A responsabilidade pessoal ou solidária fixada pelo art. 135, do CTN	249
7.3.	Da impossibilidade de responsabilização do sócio-gerente ou administrador de forma solidária, fora das condições estabelecidas pelo CTN	252
7.4.	A desconsideração da personalidade jurídica (DPJ) no procedimento de fiscalização tributária	254
7.5.	A necessária indicação dos responsáveis tributários no lançamento tributário	257
8.	Lançamento, exigibilidade e exequibilidade do crédito tributário	262
9.	Lançamento para prevenir a decadência diante de decisão judicial suspendendo a exigibilidade do tributo e do depósito do montante integral.....	264
10.	O abatimento do saldo credor na determinação do valor a ser lançado de ofício: ressignificação do crédito na reforma tributária	268
11.	Constituição definitiva do crédito tributário como início do prazo prescricional .	271
12.	Modalidades de lançamento	276
12.1.	Lançamento de ofício ou direto.....	277

12.2. Lançamento por declaração ou misto	279
12.3. Lançamento por homologação	280
13. Alteração do Lançamento	285
14. A revisão do lançamento tributário de ofício (art. 149 do CTN)	289
14.1. Revisão do lançamento ou do procedimento fiscal?	292
14.2. Revisão do lançamento por erro de direito e erro de fato	294
14.3. Impossibilidade de revisão de lançamento em razão da modificação de critério jurídico da autoridade administrativa	303
14.4. Impossibilidade de revisão do lançamento com sobreposição de técnicas fiscalizatórias sobre o mesmo fato	306
15. Reemissão do lançamento cancelado por vício formal, com a reabertura do prazo decadencial, segundo o art. 173, II, do CTN	308
15.1. Vício Formal.....	311
15.2. Incompetência da autoridade notificante como vício formal ou nulidade do lançamento.....	314
15.3. Nossa posição sobre o tema	316
15.4. Razões de justificativa do prazo decadencial mais benéfico à Fazenda Pública	317

CAPÍTULO VI

PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS

1. Aspectos gerais	321
2. Termos de fiscalização e o benefício da espontaneidade	324
3. A ação fiscal de monitoramento para avaliação da conformidade do contribuinte com relação às obrigações tributárias	333
4. Ações fiscais massivas e o dever de identificar as reais irregularidades	336
5. Da impossibilidade de prevenir a decadência com o termo de início do procedimento fiscal	338
6. Da impossibilidade de reduzir o prazo legal para a defesa prévia para prevenir a decadência.....	340
7. Intimações.....	341
8. Intimação para apresentação de documentos extrafiscais	346
9. Prazo para guarda de documentos e livros fiscais em qualquer meio	348
10. Sigilos fiscal e bancário	351
11. Sigilo de dados.....	357
12. Desconsideração dos atos ou negócios jurídicos (parágrafo único do art. 116 CTN)	359
13. Fiscalização de Mercadorias em Trânsito e suspensão do benefício da espontaneidade.....	364
14. Procedimento de fiscalização e a relação fisco x contribuinte	365
15. O prazo decadencial para a elaboração do lançamento de ofício.....	367

CAPÍTULO VII

AS INVALIDADES DOS ATOS NO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

1. Anotações gerais e introdutórias.....	373
2. Ato nulo	376
3. Ato Anulável.....	377
4. Ato irregular.....	377
5. Convalidação	378

CAPÍTULO VIII

DA CONSULTA TRIBUTÁRIA

1. Anotações introdutórias	379
2. Os efeitos da consulta diante das obrigações tributárias	383
3. Interessada legítima para formular consulta.....	386

CAPÍTULO IX

PROCESSO ADMINISTRATIVO NA REFORMA TRIBUTÁRIA

1. Anotações introdutórias	387
2. Referências ao processo administrativo tributário pela Emenda Constitucional nº 132/2023	389
3. Lei Complementar nº 214/2025 que institui a CBS, o IBS e o IS e cria o Comitês Gestor do IBS.....	390
4. Processo administrativo tributário do IBS disposto no PLP nº 108/2024.....	391
4.1 As atribuições do Comitê Gestor na coordenação da fiscalização do IBS..	391
4.2 Das normas processuais	393
4.3. Contencioso administrativo tributário segundo PLP no 108/2024	393

BIBLIOGRAFIA.....	397
--------------------------	------------